

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.767, DE 2004

Dá nova redação ao inciso II do art. 1.094 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Autor: Deputado PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO

Relator: Deputado JOSÉ DIVINO

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei para retirar, do dispositivo mencionado do Código Civil, a palavra “mínimo, a fim de adequá-lo à Lei nº 5.764/71, que define o número de sócio para iniciar uma sociedade cooperativa.

Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, o Projeto foi aprovado na forma do Substitutivo apresentado pelo Relator.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas, cabendo-nos o pronunciamento quanto à constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e ao mérito da proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto em apreço e o Substitutivo apresentado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio atendem aos pressupostos de constitucionalidade, relativos à competência da União e à legitimidade de iniciativa, previstos nos arts. 22 e 61 da Constituição Federal respectivamente.

Não há reparos a fazer quanto à juridicidade. Quanto à técnica legislativa, tanto o Projeto quanto o Substitutivo deixam de especificar, no art. 1º, a finalidade da nova lei e não indicam a nova redação dada ao inciso II do art. 1.094 do Código Civil em desconformidade com a Lei Complementar nº 95/98. Para sanar esse vício, apresentamos Substitutivo em anexo.

Passemos ao exame do mérito. A Lei nº 5.764/71 estabelece o mínimo de vinte sócios para constituição das cooperativas. O art. 1.094 do novo Código Civil exige apenas o número necessário a compor a administração da sociedade.

O PL nº 3.767/04 pretende retirar a palavra “mínimo” contida no art. 1.094 do Código Civil, a fim de manter o número de vinte previsto na Lei nº 5.764/71.

O Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, por sua vez, além de retirar a expressão “mínimo” do citado texto do Código Civil, passa a vedar a exigência de número mínimo para constituição de cooperativa superior ao necessário para que tal composição se efetive e revoga o inciso I do art. 6º da Lei nº 5.764/71, que estabelece o número mínimo de vinte pessoas para constituir cooperativa.

A previsão contida no Código Civil é mais benéfica às cooperativas e contribui mais efetivamente para o desenvolvimento social, ao estimular e facilitar a constituição de cooperativas.

Desse modo, entendemos que o Substitutivo foi feliz ao revogar a exigência de vinte pessoas prevista na Lei 5.764/71.

Todavia, uma vez revogada essa exigência e retirada a expressão “mínimo” do art. 1.094 do Código Civil, não subsiste razão para

estabelecer que fica vedada a exigência de número mínimo para constituição de cooperativa, como pretende o Substitutivo. Trata-se de uma redundância a ser expurgada.

Desse modo, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.767/04 e do Substitutivo apresentado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, com as alterações apresentadas no Substitutivo em anexo. No mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.767/04, na forma do Substitutivo que ora apresentamos e pela rejeição do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado JOSÉ DIVINO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.767, DE 2004

Dá nova redação ao inciso II do art. 1.094 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e revoga o inciso I do art. 6º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Autor: Deputado PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO

Relator: Deputado JOSÉ DIVINO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei objetiva permitir a constituição de cooperativa com o número necessário a compor sua administração.

Art. 2º. O inciso II do art. 1.094, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

1.094.....

II – concurso de sócios em número necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo” (NR).

Art. 3º. Revoga-se o inciso I do art. 6º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado JOSÉ DIVINO
Relator